ISSN: 2358-8829

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA: PRODUÇÃO NORMATIVA E POLÍTICAS DE ACESSO EM UNIVERSIDADES FEDERAIS

Juliana Cristina de Andrade [1]
Lívia da Silva dos Santos [2]

RESUMO

A autonomia universitária constitui um princípio estruturante do ensino superior brasileiro. Seu significado, contudo, está em constante disputa discursiva no campo das políticas educacionais, tensionado por atores institucionais, ora privilegiando, ora dificultando o acesso mais democrático à universidade. Essa autonomia está prevista legalmente, mas ela pode ser ampliada ou constrangida por normas infraconstitucionais e infralegais. É nesse contexto que o presente trabalho examina os limites e possibilidades da universidade para criar vagas suplementares para grupos minorizados não contemplados pela lei de Cotas, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no âmbito de atuação da Pró-reitoria de Graduação (Prograd). Trata-se de observar esse processo para além de uma prática normativa, mas também como uma prática de governança por meio da qual as políticas educacionais são concretizadas na universidade, como a meta 12 do Plano Nacional da Educação. Para tanto, parte teoricamente de categorias discursivas da Teoria do Discurso de Laclau & Mouffe, como articulação discursiva e hegemonia, e se emprega uma abordagem qualitativa de análise documental. O corpus documental foi composto por dispositivos legais que regulam a autonomia universitária (CF/1988 e LDBEN/1996), pelo decreto nº7.824/2012 e pelos documentos institucionais da UFPE, incluindo o Estatuto e o Regimento Geral, entre outros, e foram interpretados na perspectiva de suas complementaridades e contradições. Os debates internos em comissões e as notas técnicas produzidas pelo Núcleo Pedagógico da Prograd, além da própria minuta em processo de elaboração, apontam para a configuração da produção normativa universitária como um espaço de negociação institucional no qual a autonomia universitária é simultaneamente afirmada e limitada por marcos regulatórios federais, interpretações jurídicas e pressões do debate público. Os resultados indicam que, a despeito desses limites, a autonomia universitária oferece fundamentos defensáveis para ampliar políticas afirmativas, como a criação de vagas suplementares destinadas a grupos minorizados.

Palavras-chave: Autonomia universitária, Produção normativa, Vagas suplementares, Democratização do acesso à universidade pública.

[1] Graduada no Curso de Letras e no Curso de Direito, e Mestra em Letras/Linguística da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, juliana.andrade@ufpe.br;
[2] Graduada no Curso de Física e Mestra em Educação em Ciências de Matemática da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, livia.silvasantos@ufpe.br;